DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 8333/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/12948/2015
PROTOCOLO	: 1612700
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS
RESPONSÁVEL	: SONIA MONTEIRO CANDELORO
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO Nº 65/2015
RELATOR	: RONALDO CHADID

Em exame o procedimento licitatório - Pregão Presencial nº 41/2015 - e a formalização do Termo de Contrato nº 65/2015, celebrado entre o Município de São Gabriel do Oeste/MS, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, e a Empresa de Pequeno Porte Tavares e Soares Ltda., cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios e utensílios domésticos, no valor de R$ 72.087,24 (setenta e dois mil e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

A equipe técnica, ao analisar a documentação encaminhada concluiu que presente processo se encontra em consonância com as normas de Licitações e Contratações Públicas, em observância ao estatuído nas Instruções Normativas e no Regimento Interno desta Corte de Contas (Análise nº 16678/2015).

O ilustre representante do Ministério Público de Contas proferiu parecer opinando pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização do contrato em epígrafe (Parecer nº 14815/2015).

É o que cabe relatar.

Passo a expor às razões da presente decisão.

Ao proceder à análise das peças que compõem os autos e amparado pelas informações técnicas prestadas pela 5ª ICE, observo que foi remetida tempestivamente a este Tribunal de Contas toda documentação elencada na Instrução Normativa TCE/MS 35/11, referente à 1ª fase, comprovando que o procedimento licitatório - Pregão Presencial - foi devidamente formalizado de acordo com as determinações das Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, instruído com a documentação elencada na IN/TCE/MS nº 35/11 e encaminhado no prazo estabelecido no Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1, subitem 1.1.3, alínea

"*a*", da referida Instrução.

Do mesmo modo, constato que o Termo de Contrato nº 65/2015 foi regularmente celebrado com a Empresa de Pequeno Porte Tavares e Soares Ltda., estando presentes as cláusulas necessárias, previstas nos artigos 54, parágrafos 1º e 2º, 55 da Lei 8.666/93, visto que existe a qualificação das partes, clareza quanto aos direitos e obrigações das partes, assim como as condições para sua execução, publicado nos termos do art. 61, *parágrafo único*, daquela Lei.

Mediante o exposto, acolho o parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas, e nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/12 c/c art. 120, incisos I e II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS nº 76/13, **DECIDO** Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório - Pregão Presencial nº 41/2015 - e da formalização do Termo de Contrato nº 65/2015, por observância das normas estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93.

É a decisão.

Considerando às disposições da Resolução nº 13/15, remetam-se os autos ao Cartório para publicação nos termos do art. 65 da Lei Complementar 160/12.

Após, encaminhem-se à 5ª ICE para acompanhamento e análise da 3ª fase.

Campo Grande/MS, 29 de outubro de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

ASP